

Sr. Virginijus Sinkevičius
Comissário para o Ambiente, Oceanos e Escas
Comissão Europeia

CC:
Sra. Teresa Ribera
Ministra para a Transição Ecológica, Espanha

Sr. Luis Planas
Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, Espanha

Sr. Ricardo Serrão Santos
Ministro do Mar, Portugal

Sr. João Pedro Mato Fernandes
Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Portugal

10 de setembro de 2020

Assunto: A necessidade de reforçar os esforços de conservação do anequim e parar imediatamente a pesca insustentável desta espécie ameaçada no Atlântico Norte.

Caro Comissário Sinkevičius,

Nós, signatários desta carta, somos investigadores marinhos e especialistas portugueses e espanhóis que dedicaram as suas carreiras ao estudo e conservação de elasmobrânquios por todo o mundo. À luz das preparações da posição da UE sobre a gestão e conservação do anequim e da potencial negociação deste assunto entre os membros da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT) este outono, **pedimos o seu apoio para medidas urgentes e decisivas para proteger uma das espécies de tubarão mais vulneráveis no Atlântico, o anequim, incluindo, entre outras, a adoção de uma política de não retenção que proíba a sua retenção a bordo, transbordo e desembarque.**

Nos anos recentes tem havido um aumento acentuado no reconhecimento público que a crise de biodiversidade é um desafio-chave dos nossos tempos. Apreciamos o compromisso político renovado da Comissão em trabalhar para estar à altura deste desafio, e chamamos a atenção para a importância de assegurar que a resposta da UE é baseada na melhor ciência disponível. No domínio da biodiversidade marinha, o sucesso da resposta da UE dependerá na nossa disponibilidade para abordar os mais importantes impactos provenientes das pescas. Assim, é necessário reconhecer que pese embora a sua liderança política em biodiversidade, a UE é fonte da maior pesca insustentável de tubarões no Atlântico.

Os tubarões tornaram-se num símbolo icónico para a conservação dos oceanos. Numa perspectiva científica, estes são um componente essencial de ecossistemas marinhos saudáveis e produtivos. Contudo, as suas características biológicas como taxas de crescimento lentas, maturidade tardia e baixa fertilidade significam que muitas espécies de tubarões são particularmente vulneráveis à sobre-exploração..

No Atlântico Norte, embarcações de palangre portuguesas e espanholas que pescas tradicionalmente espadarte têm-se tornado cada vez mais dependentes da tintureira e do

anequim. Sendo no passado captura acessória, uma porção importante das receitas destas embarcações é agora gerada através da venda destes tubarões.

Os anequins no Atlântico Norte encontram-se sobre-explorados e continuam a estar sujeitos a sobrepesca. Modelos de avaliação das populações publicados em maio de 2019 pelo comité científico do ICCAT indicaram que, independentemente da quota adotada, a população de anequim do Atlântico Norte continuará a diminuir até pelo menos 2035, resultado da captura quase exclusiva de tubarões imaturos, especialmente por embarcações de Portugal e Espanha. Devido às características biológicas vulneráveis desta espécie e os resultados pessimistas das projecções, o comité científico recomendou a adoção de uma política de não-retenção total em combinação com medidas de mitigação de captura acessória, como é o caso para outras espécies de tubarões sobre-exploradas.

O ICCAT foi incapaz de gerar consenso e concordar numa política de não-retenção durante a sua última reunião da Comissão em novembro de 2019, conforme aconselhado pelo seu próprio grupo de investigação. Nesta reunião, a posição da UE foi crucial em bloquear a adoção da política de não-retenção proposta por outras Partes Contratantes do ICCAT.

A inclusão dos anequins no Apêndice II do CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção) em agosto de 2019 reforçou o estado de conservação alarmante da população e estabeleceu uma proteção mais forte para as duas espécies de anequim com a obrigação legal por parte dos Estados de assegurar que o comércio internacional acontece apenas ao demonstrar que este é legal, rastreável e sustentável. A UE e os seus Estados-Membros agiram como co-patrocinadores desta proposta. Esta decisão foi baseada em diversos estudos científicos que demonstram que a sobrepesca é a maior ameaça para os anequins, mas também em recomendações do Grupo de Trabalho sobre Espécies de Tubarões do ICCAT, que considerou que **as medidas de gestão atuais não acabam com diminuição dos stocks**. Embora a regulamentação do comércio internacional constitua um importante passo para a conservação desta espécie, é notório que novas medidas complementares do ICCAT são necessárias para parar efetivamente o declínio atual.

Apesar dos incontornáveis factos científicos e obrigações legais internacionais existentes, a posição atual da UE é uma de resistência à proibição total de retenção desta espécie e de manter a pescaria aberta, em lugar de trabalhar para encontrar formas de recuperar este *stock* ameaçado. O principal argumento para esta posição é que atualmente é impossível evitar a captura acessória desta espécie na pesca de palangre no Atlântico, e embora os tubarões vivos devam ser libertados, seria um desperdício descartar tubarões que estão mortos quando trazidos a bordo.

Na nossa opinião profissional, queremos expressar a nossa preocupação relativamente a esta conclusão. Uma proibição na retenção, mesmo de animais mortos, é uma parte importante das estratégias de conservação de muitas espécies, de importância comercial e não só. Mamíferos marinhos nunca podem ser mantidos a bordo. As frotas da UE têm de descartar espadarte e atum-rabilho com um tamanho menor ao tamanho mínimo de captura. Os requerimentos para rejeições continuam a ser uma ferramenta importante para gerir os impactos das pescas nas populações marinhas. **Embora compreendamos a razão por detrás da posição da UE, a ciência indica claramente que, sob esta abordagem, os níveis de mortalidade continuarão a ser demasiado elevados e o declínio da população continuará, com um evento colapso do stock**. Permitir que a UE seja o principal ator no potencial desaparecimento de uma das mais icónicas espécies do nosso oceano retira drasticamente credibilidade à UE como uma defensora da conservação e gestão com base na melhor ciência disponível.

Tendo tudo isto em consideração, pedimos que reconsidere posição defendida pela UE até agora, e não só que aceite mas sim que lidere a adoção de medidas efetivas para proteger anequins no Atlântico ao:

- Apoiar uma política de não-retenção para anequins, assim como outras medidas de proteção propostas pelos nossos colegas do comité científico do ICCAT, de modo a reduzir imediatamente a mortalidade de anequins para níveis sustentáveis;
- Explorar medidas de gestão espacial de forma a evitar “hot spots” de anequins e assim reduzir interações entre frotas de palangre e anequins - particularmente juvenis - e assim reduzir a mortalidade incidental;
- Assegurar que medidas são tomadas de forma evitar a mudança de esforço de pesca e mortalidade para outras espécies sensíveis de tubarões, como o tubarão-sardo.

Pedimos assim que oiça a comunidade científica e que tome passos efetivos para a proteção desta espécie ameaçada e assegure ecossistemas pelágicos sustentáveis e saudáveis no Atlântico Norte. Isto irá em linha com o compromisso da UE de corresponder às obrigações legais da CITES e de gestão pesqueira, e permitirá que a UE continue a mostrar-se como uma líder na área da conservação marinha.

Assinaturas:

Nuno Queiroz,
Auxiliary Researcher,
CIBIO-InBIO,
Universidade do Porto

Gonzalo Mucientes Sandoval,
Asistente de Investigación
Instituto de Investigaciones
Marinas, CSIC

Claudio Barría Oyarzo,
Investigador,
Institut de Ciències del Mar,
CSIC

Gabriel Morey,
Biólogo Marino y Asesor científico,
Fundación Save the Med,
Miembro del IUCN Shark Specialist Group

Jorge Miguel Rodrigues Fontes,
Investigador Postdoctoral,
Okeanos-UAc research centre,
Universidade dos Açores

Betty Laglbauer,
Doctoral candidate,
Universidade dos Açores

Javier Guallart,
Doctor en Ciencias Biológicas,
Independent researcher,
Miembro del IUCN Shark Specialist Group

Guillermo Ortuño Crespo,
Investigador Postdoctoral,
Stockholm Resilience Center,
Stockholm University

João Pedro Santos Correia
Professor,
Instituto Politécnico Leiria
CEO, Flying Sharks, Lda
Miembro del IUCN Shark
Specialist Group

Àlex Bartolí
Marine biologist,
Consultant,
Miembro del IUCN Shark Specialist Group

Joan Navarro,
Investigador,
Institut de Ciències del Mar,
CSIC

Referências:

- ICCAT Rec. 17-08 sobre a conservação do *stock* de anequim no Atlântico Norte associado às pescarias do ICCAT.
- Relatório da reunião de avaliação do *stock* de 2019 do ICCAT, maio de 2019. Disponível online [aqui](#).
- Documento interno do CITES que apoia a adição do anequim ao Annex II, disponível online [aqui](#).
- “*Global spatial risk assessment of sharks under the footprint of fisheries*”, agosto de 2019, Nature; Nuno Queiroz, Nicolas E Humphries, Ana Sofia Couto, Marisa Vedor, Ivo da Costa, Ana M. M. Sequeira, Gonzalo Mucientes, et al.
- “*Mako sharks get new protections from trade*”, Rachel Fobar, National Geographic, 25 de agosto de 2019.